



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 167

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

36ª sessão conjunta da 3ª sessão legislativa ordinária da 4ª legislatura

Em 3 de Outubro de 1961

As 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

1 — Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 1.565, de 1960, na Câmara dos Deputados e nº 33, de 1960, no Senado, que equipara a extranumerários mensalistas da União servidores das ferrovias federais incorporadas à Rede Ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício (tendo Relatório, sob nº 22, de 1961, da Comissão Mista);

2 — Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 1.633, de 1960, na Câmara e nº 95, de 1961, no Senado, que estende os benefícios da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal tabelado do Departamento Nacional de Endemias Rurais (tendo Relatório, sob nº 23, de 1961, da Comissão Mista).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto a que corresponda
1	1º
2	2º

MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.
Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).
1º Secretário — Senador Cunha Mello (PTB).
2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).
3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).
4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).
1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).
2º Suplente — Senador Guido Mondin (PSD).

LIDERES E VICE-LIDERES Da Maioria

Líder:
Filinto Müller (PSD).
Vice-Líderes:
Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Victorino Freire (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Guido Mondin (PSD).

Da Minoria

Líder:
João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Daniel Krieger (UDN).
Mem de Sá (PL).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Líder:
Benedito Valladares.
Vice-Líderes:
Gaspar Veloso.
Victorino Freire.

SENADO FEDERAL

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder:
Daniel Krieger.
Vice-Líderes:
Rui Palmeira.
Daniel Krieger.
Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:
Barros Carvalho.
Vice-Líderes:
Nelson Maculan.
Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:
Mem de Sá.
Vice-Líder:
Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:
Jorge Maynard.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:
Lino de Matos.

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

- 1 Lobão da Silveira — Pará.
- 2 Victorino Freire — Maranhão.
- 3 Sebastião Archer (licenciado) — Em exercício o Suplente Remy Arneri — Maranhão.
- 4 Eugênio Barros — Maranhão.
- 5 Menezes Pimentel — Ceará.
- 6 Jarbas Maranhão — Pernambuco.
- 7 Silvestre Péricles — Alagoas.
- 8 Ary Vianna — Espírito Santo.

9. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.

10. Gilberto Marinho — Guanabara.
11. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.

12. Moura Andrade — São Paulo.
13. Gaspar Veloso — Paraná.
14. Alo Guimayães — Paraná.
15. Francisco Gallotti — Santa Catarina.

16. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.

17. Benedito Valladares — Minas Gerais.

18. Filinto Müller — Mato Grosso.

19. Juscelino Kubitschek (licenciado) — Em exercício o suplente José Feliciano — Goiás.

20. Pedro Ludovico — Goiás.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.
2. Zacarias de Assunção — Pará.
3. Joaquim Parente — Piauí.
4. Fernandes Iavira — Ceará.
5. Reginaldo Fernandes — Rio Grande do Norte.
6. Sergio Marinho — Rio Grande do Norte.
7. João Arruda — Paraíba.
8. Afrânio Lage — Alagoas.
9. Rui Palmeira — Alagoas.
10. Heribaldo Vieira — Sergipe.
11. Ovidio Teixeira — Bahia.
12. Del Caro — Espírito Santo.
13. Afonso Aritos — Guanabara.
14. Padre Calazans — São Paulo.
15. Irineu Bohnhausen — Santa Catarina.
16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
17. Amador Campos — Minas Gerais.
18. João Villasboas — Mato Grosso.

19. Lopes da Costa — Mato Grosso.
20. Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Cunha Mello — Amazonas.
2. Vivaldo Lima — Amazonas.
3. Paulo Fender — Pará.
4. Mathias Olympio — Piauí.
5. Leônidas Mello — Piauí.
6. Fausto Cabral — Ceará.
7. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.

8. Salviano Leite (Suplente do Senador Rui Carneiro) — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Lourival Fontes — Sergipe.
11. Lima Teixeira — Bahia.
12. Calado de Castro — Guanabara.
13. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.
14. Miguel Couto — Rio de Janeiro.
15. Nelson Maculan — Paraná.
16. Saulo Ramos — Santa Catarina.
17. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.
2. Aloisio de Carvalho — Bahia.
3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Jorge Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.

SEM FICHA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

1. Lino de Matos — São Paulo.

SEM FICHA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	20
UDN	27
PTB	17
PL	3
PSP	1
PTN	1
S/Legenda	1

Comissões Permanentes**Comissão Diretora**

Moura Andrade - Presidente.
 Cunha Melo
 Carlos Magalhães
 Agostinho Magalhães
 Nogueira Filho
 Mathias Olympio
 César Mondim
 Reginaldo Fernandes (UDN).
 Secretário: Evandro Mendes Viara
 Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES
 Jefferson de Aguiar, Presidente.
 Daniel Krieger, Vice-Presidente.
 Vitor de Aguiar (UDN).
 Milton Campos (UDN).
 Heribaldo Vieira (UDN).
 Silvestre Pericles (PSD).
 Ruy Carneiro (PSD).
 Lourival Pontes (PTB).
 Nogueira da Gama (PTB).
 Aloysio de Carvalho (PL).
 Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UL).
 2. Freitas Cavalcanti (UDN).
 3. João Arruda (UDN).
 4. João Villasboas (UDN).
 1. Ary Vianna (PSD).
 2. Benedito Valladares (PSD).
 3. Francisco Gallotti (PSD).
 1. Lima Teixeira (PTB).
 2. Vivaldo Lima (PTB).
 3. Miguel Couto (PTB).
 1. Mem de Sá.
 Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia**TITULARES**

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
 Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).
 Fernandes Távora (UDN).
 Sérgio Marinho (UDN).
 Del Caro (UDN).
 João Arruda (UDN).
 Sérgio Marinho (UDN) - Relator.
 Jarbas Maranhão.
 Jorge Maynard.
 Assessor Legislativo: Dr. Luciano Mesquita.
 Secretário: João Pires de Oliveira Filho.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Titulares:
 PTB
 Nelson Maculan - Presidente (PTB).
 Eugênio Barros - Vice-Presidente (PSD).
 Alô Guimarães (PSD).
 Lobão da Silveira (PSD).
 Nogueira da Gama (PTB).
 Ovidio Teixeira (UDN).
 Mourão Vieira (UDN).
 Alô Guimarães (PSD).
 Paulo Fernandes (PSD).
 Nogueira da Gama (PTB).
Suplentes:
 UDN
 1 - Lopes da Costa
 2 - Joaquim Parente
 PSD
 1 - Pedro Ludovico
 2 - Lobão da Silveira
 3 - Francisco Gallotti
 PTB
 1 - Saulo Ramos
 2 - Lima Teixeira
 Secretária: Maria de Lurdes Ollas, Oficial Legislativo.

EXPEDIENTE**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL
 ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHefe do Serviço de Publicações
 MURILO FERREIRA ALVES

CHefe da Seção de Redação
 MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 BRASILIA

ASSINATURAS**DEPARTAMENTOS E PARTICULARES****Capital e Interior**

Trimestre Cr\$ 50,00
 Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS**Capital e Interior**

Trimestre Cr\$ 88,00
 Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto a sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
 2. Joaquim Parente (UDN).
 3. Irineu Bornhausen (UDN).
 4. Ovidio Teixeira (UDN).
 1. Eugênio Barros (PSD).
 2. Francisco Gallotti (PSD).
 1. Lima Teixeira (PTB).
 2. Saulo Ramos (PTB).
 3. Sebastião Archer (PSD).
 Aloysio de Carvalho (PL).
 Secretário: José Soares de Oliveira Filho - Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura**TITULARES**

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
 Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).
 Jarbas Maranhão (PSD).
 Saulo Ramos (PTB).
 Arlindo Rodrigues (PTB).
 Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
 2. Lino de Mattos (UDN).
 1. Lobão da Silveira (PSD).
 2. Paulo Fernandes (PSD).
 1. Paulo Fender (PTB).
 2. Lima Teixeira (PTB).
 1. Aloysio de Carvalho (PL).
 Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças**TITULARES**

Freitas Cavalcanti - Presidente - UDN.
 Ary Vianna - Vice-Presidente - PSD.
 Irineu Bornhausen - UDN.

Daniel Krieger - UDN.
 Fernandes Távora - UDN.
 Dix-Huit Rosado - UDN.
 Lopes da Costa - UDN.
 Gaspar Velloso - PSD.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Barros Carvalho - PTB.
 Victorino Freire - PSD.
 Eugênio Barros - PSD.
 Mem de Sá - PL.
 Fausto Cabral - PTB.
 Filinto Müller - PSD.
 Saulo Ramos - PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos - UDN.
 2. Joaquim Parente - UDN.
 3. Ruy Palmeira - UDN.
 4. Coimbra Bueno - UDN.
 5. João Arruda - UDN.
 6. Del Caro - UDN.
 1. Silvestre Pericles - PSD.
 2. Ruy Carneiro - PSD.
 3. Jarbas Maranhão - PSD.
 4. Menezes Pimentel - PSD.
 5. Pedro Ludovico - PSD.
 1. Vivaldo Lima - PTB.
 2. Arlindo Rodrigues - PTB.
 3. Paulo Fender - PTB.
 4. Lima Teixeira - PTB.
 1. Aloysio de Carvalho - PL.
 Secretário: Renato de Almeida Chermont - Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social**TITULARES**

Ruy Carneiro, Vice-Presidente - (PSD).
 Lima Teixeira, Presidente (PTB).
 Lino de Mattos (UDN).
 Venâncio Igrejas (UDN).
 Mourão Vieira (UDN).
 Menezes Pimentel (PSD).
 Miguel Couto (PTB).
 Francisco Gallotti (PSD).
 Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Padre Calazans (UDN).
 3. Heribaldo Vieira (UDN).
 1. Paulo Fernandes (PSD).
 2. Lobão da Silveira (PSD).
 3. Sebastião Archer (PSD).
 1. Barros Carvalho (PTB).
 2. Lourival Pontes (PTB).
 3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores**TITULARES**

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
 Rui Palmeira, Vice-Presidente - (UDN).
 Daniel Krieger - (UDN).
 Heribaldo Vieira - (UDN).
 Benedito Valladares - (PSD).
 Paulo Fernandes - (PSD).
 Lourival Pontes - (PTB).
 Aloysio de Carvalho - (PL).
 Gaspar Velloso - (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos - (UDN).
 2. Venâncio Igrejas - (UDN).
 3. Freitas Cavalcanti - (UDN).
 1. Menezes Pimentel - (PSD).
 1. Mem de Sá - (PL).
 2. Jefferson de Aguiar - (PSD).
 3. Ary Vianna - (PSD).
 1. Fausto Cabral - (PTB).
 2. Barros Carvalho - (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública**TITULARES**

Reginaldo Fernandes, Presidente - (UDN).
 Alô Guimarães, Vice-Presidente - (PSD).

Fernandes Távora (UDN).

Pedro Ludovico (PSD).

Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Lopes da Costa (UDN).
 1. Eugênio Barros (PSD).
 2. Jarbas Maranhão (PSD).
 1. Miguel Couto (PTB).
 Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil**TITULARES**

Mourão Vieira - Presidente (UDN).
 Jarbas Maranhão - Vice-Presidente - PSD.
 Joaquim Parente (UDN).
 Sebastião Archer (PSD).
 Paulo Fender (PTB).
 Miguel Couto (PTB).
 Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ray Carneiro (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral — (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretaria: Iralma Cruz Aíva. Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).

Sérgio Marinho (UDN).

Jefferson de Aguiar (PSD).

Francisco Gallotti (PSD).

Miguel Couto (PTB).

Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN)

2. Dix-Ruit Rosado (UDN)

3. Jorge Maynard (PSP).

2. Nelson Maculan (PTB).

Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Maynard — Presidente (PSP)

Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).

Coimbra Bueno (UDN).

Vitorino Freire (PSD).

Fausto Cabral (PTB).

Suplentes:

UDN

1 — Sérgio Marinho

2 — João Arruda

PSD

1 — Jefferson Aguiar

2 — Eugênio Barroa

1 — Nelson Maculan

Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão especial para emitir parecer sobre os documentos que instruem o Projeto de Resolução Nº 5, de 1961.

Senadores:

PL — Novaes Filho — Presidente.

UDN — Sérgio Marinho — Vice-Presidente.

PSD — Alô Guimarães.

PSD — Menezes Pimentel.

PTB — Nelson Maculan.

Secretaria: José Soares de Oliveira Filho.

Atas das Comissões
Comissão de Redação

22ª REUNIÃO REALIZADA AOS 27 DIAS DO MES DE SETEMBRO DE 1961.

EXTRAORDINÁRIA

As quinze horas do dia vinte e sete de setembro de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Marinho, presentes os senhores Senadores Menezes Pimentel e Paulo Fender. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os senhores Senadores: Francisco Gallotti, Lourival Fontes e Menezes Pimentel.

E' lida e aprovada, sem alteração, a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Menezes Pimentel oferece a redação final do Substitutivo do Senado, ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1961 (número 4.543-C-54, na Câmara), que altera o Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a presente reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Sérgio Marinho, Presidente eventual.

23ª REUNIÃO REALIZADA AOS DOIS DIAS DO MES DE OUTUBRO DE 1961.

EXTRAORDINÁRIA

As quinze horas do dia dois de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do senhor Senador Lourival Fontes, presentes os senhores Senadores Menezes Pimentel e Gaspar Velloso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os senhores Senadores: Francisco Gallotti, Sérgio Marinho e Ary Viana.

E' lida e aprovada, sem alteração, a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o senhor Senador Menezes Pimentel oferece as seguintes redações:

1) Redação para segunda discussão do PLS nº 12, de 1961, que altera a Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café e dá outras providências;

2) Redação final das emendas do Senado ao PLC nº 119, de 1961 (número 4.834, de 1959, na Câmara), que concede isenção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. (USIMINAS) e à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA).

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a presente reunião às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo senhor Presidente. — Lourival Fontes, Presidente eventual.

ATA DA 173ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 2 DE OUTUBRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. MATHIAS OLYMPIO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fernandes

Távora — Menezes Pimentel — Salvador Leão — Jarbas Maranhão — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teizera — Lima Teizera — Gilberto Marinho — Lino de Matos — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Irineu Bornhausen — Guido Mondin.

(22)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Jorge Maynard, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Guido Mondin, 2º Suplente, servindo de 1º Secretário, lê o seguinte

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE RECEBIDO

Lista nº 55, de 1961

Em 29 de setembro de 1961

1) — Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1960, do Senador Carlos Saboia, que prorroga a Lei do Inquilinato e dá outras providências;

Do Dr. Meacyr Mancio de Toledo, de São Paulo, SP.

Da Câmara Municipal de Nova Friburgo, RJ.

Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1959, que altera o salário mínimo dos médicos;

Do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, GB.

Projeto de Lei da Câmara nº 2.186-A, de 1960, que abre crédito especial para as despesas do recenseamento de 1960;

Da Câmara Municipal de Cangussu, RS.

2) — Comunicação de eleição e posse:

Da Diretoria da Academia Nacional de Medicina do Estado da Guanabara.

Da Diretoria da Associação dos Ex-alunos da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, SP.

Da Diretoria do Circulo Vicentino de S. Francisco do Sul, SC.

3) — Diversos assuntos:

Da Câmara Municipal de Marapanim, PA, fazendo apelo no sentido de ser estendido aos Prefeitos Municipais os direitos dos arts. 44 e 45 e seus parágrafos da Constituição Federal.

Da Câmara Municipal de Caruaru, PE, solicitando do Congresso Nacional providência para a aprovação do Plano Diretor da SUDENE, ponto vital do desenvolvimento do Nordeste.

Da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, PE, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do Deputado Federal por São Paulo, Sylvio Prado.

Da Sociedade União dos Operários Ferroviários de Aracaju, SE, manifestando-se contrária à invasão de patrulha do Exército Nacional, de maneira arbitrária, na sede daquela Sociedade.

Da Câmara Municipal de Araraquara, SP, fazendo apelo no sentido de ser instalada naquela localidade a Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho.

Das Câmaras Municipais de Dracena, Garça, Oswaldo Cruz, SP, fazendo apelos no sentido da unificação dos IAPES.

Das Câmaras Municipais de Santos, e S. Vicente, SP, congratulando-se com o Congresso pela promulgação da lei que isenta do imposto de renda dos salários e vencimentos até 5 vezes o salário mínimo máximo vigente no país.

Da Câmara Municipal de S. Bernardo do Campo, SP, congratulando-se com o Senador Coimbra Bueno pela apresentação do Projeto de Lei que permite a realização de duas sessões por dia durante três vezes por semana, visando evitar a falta de "quorum" para votação dos projetos no Senado Federal.

Da Câmara Municipal de S. José do Rio Preto, SP, comunicando ao Congresso o gesto nobre do Exmo. Sr. Dr. Argemiro Acayba de Toledo, Juiz de Direito daquela Comarca que visita os detentos na Cadeia Pública, com palavras de amor e fé, fazendo nascer naqueles corações a esperança de dias melhores.

Da Associação Paulista de Belas Artes, convidando para a II Exposição Coletiva, em comemoração à passagem do 9º aniversário de instalação de sua sede própria.

Da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, fazendo apelo no sentido de inclusão de verbas no orçamento da União para auxiliar a construção do Centro Cirúrgico do Abrigo "Ana Diederichsen".

Da Câmara Municipal de S. Vicente, SP, fazendo apelo no sentido do melhoramento do Canal Sabatuba no bairro de Catipora, autêntico depósito de lixo, para proporcionar um pouco de conforto à população sofrida daquele bairro.

Da Câmara Municipal de Jundiá, SP, fazendo apelo no sentido da construção de um edifício para a localização do Departamento dos Correios e Telégrafos daquela localidade.

Da Câmara Municipal de Recife, PE, fazendo apelo no sentido de ser estudada a reforma da legislação penal com referência aos Juizes de Direito das Comarcas no caso da aplicação da pena restritiva à liberdade individual.

Da Câmara Municipal de Araraquara, SP, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, em Porto Alegre.

Da Câmara Municipal de Avenhan-dava, SP, comunicando irregularidades existentes na Casa da Lavoura daquela localidade.

Da Câmara Municipal de S. Bernardo do Campo, SP, fazendo apelo no sentido de que cessem as perseguições aos negros norte-americanos, cujo tratamento tem repercutido de maneira desfavorável até para o próprio EE. UU. da América do Norte.

Da Câmara Municipal de Regente Feijó, SP, manifestando-se favorável à regulamentação dos telefones interestaduais e internacionais.

Da Câmara Municipal de São Paulo, SP, manifestando a conveniência e o interesse de ser provocada alteração na Constituição Federal para o fim de ser dado aos estrangeiros, mediante condições mínimas comprobatórias de fixação em nosso país, o direito de votar nas eleições municipais.

Da Câmara Municipal de Sorocaba, SP, manifestando-se contrária à invasão de Cuba.

Da Câmara Municipal de S. Carlos, SP, enviando cópia de requerimento de urgência daquela Câmara com referência à situação do país após o realamento das relações diplomáticas com a Rússia e os acontecimentos de Cuba.

Da Câmara Municipal de S. Vicente, SP, manifestando-se contrária à equiparação dos dentistas práticos aos odontólogos diplomados pelas Faculdades.

Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro, fazendo apelo no sentido de serem recomçadas as obras que atualmente se encontram paralisadas em Brasília, e fim de baixar o índice de desempregados na nova Capital.

Da Câmara Municipal de Santa Amélia, PR, solicitando providências

No sentido de que a Diocese de Jacarezinho no Norte do Estado do Paraná, seja transformada na primeira Arquidiocese daquela região.

Da Câmara Municipal de Mandaguá, PR, congratulando-se com o Exmo. Sr. Presidente da República pelas medidas adotadas com relação à política externa do país.

Da Câmara Municipal de Maringá, PR, solicitando providências para que sejam efetuados os pagamentos aos servidores que trabalharam no recenseamento do Estado do Paraná.

Da União Catarinense dos Estudantes solicitando providências para o melhoramento da barra do porto de Laguna.

Da Câmara Municipal de Goiânia, fazendo apelo no sentido de ser criada naquele município, uma Escola Militar.

Do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Jacareí, SP, enviando relatório das atividades daquela instituição.

Do II Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de S. Paulo, fazendo apelo ao Congresso para decretar feriado nacional o dia 19 de novembro de cada ano, como homenagem às comemorações do Pavilhão Nacional.

Da Associação de Proteção aos Menores Desamparados da Comarca de Ubá, MG, convidando o Vice-Presidente João Goulart para solenidade de lançamento da pedra fundamental do 2º pavilhão da sede daquela Associação.

Do Prefeito Municipal de Nioaque, MT, convidando para os festejos comemorativos do aniversário daquele município, a realizar-se em 22-5-61.

Do Coordenador Geral da "Ofensiva Contra o Câncer" solicitando do Dr. João Goulart apoio para a luta contra esse perigoso flagelo.

Da União dos Servidores Públicos Civis do Brasil, solicitando apoio do Congresso para os assuntos da classe, que foram debatidos na I Convenção Nacional dos Servidores Públicos Federais, Autárquicos, Estaduais e Municipais, realizada nos dias 7, 8, 9 e 10 de julho último.

Da Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG, manifestando-se contrária à equiparação dos dentistas praticos aos profissionais formados pelas escolas competentes.

Da Assembléia Legislativa de Goiás, GO, apresentando sugestões sobre a aplicação de multas aos eleitores faltosos.

Da Câmara Municipal de Goiânia, GO, congratulando-se com o Congresso Nacional pela recente nomeação do Dr. Roldão de Oliveira para o cargo de Consultor Jurídico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do País.

Mensagens do Sr. Presidente da República, datadas de 28 de setembro:

Nº 218 (nº de origem 514), agradecendo a comunicação referente à aprovação da escolha do Diplomata Roberto de Oliveira Campos para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América;

Nº 219 (nº de origem 515), agradecendo idêntica comunicação com referência à escolha do Dr. Evandro Cavalcanti Lins e Silva para o cargo de Procurador-Geral da República;

Nº 220 (nº de origem 516), restituindo autógrafos referentes à promulgação dos dispositivos mantidos pelo Congresso Nacional após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei 3.917, de 14 de julho de 1961.

Ofício — nº 1.553, da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do seguinte

Projeto de Lei da Câmara nº 271, de 1961

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962.

4.21 — Ministério do Trabalho e Previdência Social.
(Será publicado em Suplemento)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os fins convenientes, que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, nesta data reassumo o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1961. — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa fica ciente da comunicação do nobre Senador Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão anterior terminou o prazo para apresentação de emendas perante a Mesa, ao Subanexo nº 4.14 — Ministério da Guerra — do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962.

Nenhuma emenda foi apresentada nessa fase.

Se os Srs. Senadores, entretanto, ainda desejarem emendar essa parte do Projeto de Lei Orçamentária, poderão fazê-lo perante a Comissão de Finanças, de acordo com o disposto no art. 339, letra J, do Regimento Interno. (Pausa).

Está finda a leitura do expediente. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, um dos vespertinos de sexta-feira passada, aqui chegado ao anoitecer, já encerrados os trabalhos da última sessão ordinária de setembro findo, informou que, na madrugada do dia 29, se extinguira, após demorados e atrevidos sofrimentos, preciosa e benfazeja existência em um dos leitos da modelar Casa de Saúde São Miguel, no Estado da Guanabara.

Aos 57 anos de idade, em plena forma e disposição, cedeu o organismo do renomado cirurgião Augusto Paulino Soares de Souza Filho — conhecido, aliás, nas rodas científicas nacionais e estrangeiras, — implesmente como Augusto Paulino Filho — a insidiosa e pertinaz moléstia, que, ainda vence os mais robustos físicos, bem como tem resistido a quase todas as armas da terapêutica específica contemporânea.

Só assim, Sr. Presidente, frustrados os métodos em voga e dominados as derradeiras resistências de uma criatura de antecessores tão saudáveis, que lhe prometiam óbvia e desejada longevidade, é que se foi de entre os vivos, prematuramente, um dos lumináres da cirurgia moderna, que, com seu dedicado e extremoso irmão, o abalizado Fernando Paulino, compunha a invejável e destemida dupla tão apreciada e louvada por quantos tiveram a ventura de vê-la manejar, com a peculiar agilidade, o bisturi em

qualquer centro cirúrgico, onde lhe fosse dado exibir-se para viver um enfermo da invalidez ou arrancá-lo das garras aduncas da Morte.

Desfaça-se desse modo, um conjunto de cirrúrgios de escol de um dos seus mais notáveis elementos, que se formou e se encaminhou na vida pública, seguindo os sábios conselhos, aprendendo bem os crúditos ensinamentos, perfilhando a exemplar e nobre conduta, no lar, na prática profissional ou na cátedra, de uma figura da estatura moral e da projeção intelectual e científica, de seu ilustre genitor, o venerando e emérito Professor Augusto Paulino Soares de Souza.

Deixa, sobretudo, um excelente legado: o melhor, de cunho médico, fruto de um labor constante e devotado, à cabeceira dos doentes ou junto dos prediletos livros, na afeição controlável de curar mais depressa, plenamente confiante da destreza de suas hábeis mãos, movidas seguramente por uma intuição ciosa das conquistas recentes da técnica cirúrgica. Era, pois, um cirurgião perfeito, competente e escrupuloso na lide de tão excelso designio, e, no magistério, imponente e correto na pregação das gerações dos futuros escúlianos nos auditórios da Faculdade Nacional de Medicina, da qual era livre — docente de Cirurgia Geral, ou da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, onde conquistou, por concurso a cadeira de Clínica Cirúrgica.

De outro lado, os que lhe sentiram de perto o virtuosismo nas salas de cirurgia ou seus benéficos efeitos, nos hospitais da antiga Prefeitura do Distrito Federal — em cujo tradicional Pronto Socorro, afortunadamente, pude admirar-lhe a soberba maestria, em muitos lances operatórios, como seu companheiro de equipe — ou nas dependências da vetusta e benemérita Santa Casa da Misericórdia, à disposição do ensino médico oficial da República.

Tais reluzentes traços não serão jamais apagados, até porque, de muitos deles, a lembrança ficou no que se exterioriza através de inúmeras e substanciosas monografias e publicações outras.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com muita honra.

O Sr. Lima Teixeira — Em nome da Maioria desta Casa, quero associar-me as homenagens que Vossa Excelência presta, neste instante, à memória do eminente cirurgião Augusto Paulino, Professor da Faculdade de Medicina.

As letras médicas se ressentiram com a lacuna aberta, porque como V. Exª acaba de declarar, era o Professor Augusto Paulino uma grande personalidade e um grande cirurgião do Brasil.

O SR. VIVALDO LIMA — Grato a V. Exª pelo precioso testemunho sobre os méritos e capacidade do ilustre extinto. E' uma homenagem da Bahia...

O Sr. Lima Teixeira — I da Maioria desta Casa.

O SR. VIVALDO LIMA — ... que V. Exª formula também, em nome da Maioria, ao famoso cirurgião.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Em nome da União Democrática Nacional e no meu próprio, quero associar-me à homenagem justíssima que V. Exª está prestando ao grande cirurgião que foi Augusto Paulino Filho. Conhecia-o há longos anos, como seu genitor, também grande cirurgião, do qual herdou as magníficas qualidades. Agora, que a morte o levou tão prematuramente, só resta lastimar que desapareça

do cenário cirúrgico da Medicina Nacional vulto de tamanho porte, de tanta competência, de tanta dignidade. Expresso, assim, o profundo pesar que me vai n'alma, por essa perda extraordinária que a Medicina Nacional acaba de sofrer.

O SR. VIVALDO LIMA — Agradeço a V. Exª. E' de fato comovente a solidariedade que V. Exª presta, em seu nome pessoal e ao da União Democrática Nacional, que representa tão dignamente nesta Casa. V. Exª foi consagrado cirurgião, nos meus tempos de acadêmico na Faculdade, nos idos de 1922 a 1927, quem não conhecia, na Bahia, o nome famoso do cirurgião cearense Fernandes Távora?

O Sr. Fernandes Távora — Obrigada a V. Exª.

O SR. VIVALDO LIMA — Pode dar, portanto, seu testemunho da grande capacidade e da experiência do velho professor Augusto Paulino Soares de Souza, que transmitiu ao próprio filho, do mesmo nome, essas qualidades que são inatas.

Paralelamente, os seus altos méritos são aferidos nas sociedades doitas, resultando que lhe foram enriquecer o alentado currículo, às dezenas, diplomas enobrecedores, de instituições pátrias ou alienígenas, em caráter de titular ou de honraria, encimada a dignificante lista pelos de membros da Academia Nacional de Medicina e do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

Ai está, Sr. Presidente, em breve perfil, a culta e saudosa individualidade da laboriosa classe médica brasileira, cujo desaparecimento lhe causa a mais profunda tristeza e de que a própria nação, aliás reconhecida, mui pesadamente, se vê privada, tal foi sua eficiente e marcante atuação no setor da assistência médica e educacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, como Líder da Maioria.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Como Líder da Maioria — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, há dois dias, precisamente a 30 de setembro passado, tive ensejo de ler, no O Globo, comentário que merece enaltecido, primeiro porque parte de um jornal independente e, segundo, porque faz elogiosas referências às classes operárias, aos trabalhadores brasileiros, em face do seu comportamento durante os acontecimentos determinantes da crise política-militar que culminou com a adoção do novo sistema de Governo o parlamentarismo.

Lerei o artigo, para que consta dos Anais da Casa. Posteriormente, terei algumas considerações em torno do assunto. E' isto: (Lê).

A CONCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Um aspecto da atual conjuntura brasileira que não pode passar sem comentário é o concernente à serenidade, ao espírito de lúcido patriotismo, que estão demonstrando as classe trabalhadoras.

Melhor, talvez do que muitos outros setores da população, que pelas responsabilidades na vida pública e superior instrução deveriam dar exemplos de equilíbrio e ponderação, vêm procedendo os trabalhadores, com paciência, compreensão da gravidade da crise e desejo de não enegrecer o quadro nacional. Sentem eles que é indispensável a colaboração de todos os brasileiros para vencer esta fase difícil e dão ao Governo, no campo social, uma tranquilidade que, es-

peramos, o Governo fará por merecer.

Encerrados, sem desdouro para ninguém (pois só se julgam prejudicados os que põem seus interesses pessoais acima dos interesses da Pátria — e esses não fazem jus a qualquer consideração), os episódios que se seguiram à irresponsável renúncia do Sr. Jânio Quadros, tomou posse o Sr. João Goulart e começou a funcionar o sistema parlamentarista. Verificamos, então, com envaidecimento cívico, que as atividades normais da população eram reencetadas, operando plenamente os serviços públicos e apresentando rendimento máximo o esforço industrial.

Os Trabalhadores, ordeiramente, dedicam-se a seus labores, os sindicatos estão em calma, não se ouve mais falar em greves, até as reivindicações salariais — consequentes da alta incessante do custo de vida — são encaminhadas de maneira a não agravar os problemas que o novo Governo deve enfrentar.

Dir-se-ia que aquele crédito de confiança necessário à afirmação democrática do regime e ao fortalecimento do Governo foi, espontaneamente, concedido pelos trabalhadores ao Executivo da União, numa verdadeira demonstração de descortino e de bom-senso.

Anote-se, para maior mérito dessa atitude compreensiva da classe trabalhadora, que ela foi fixada livre e conscientemente e na mesma ocasião em que elementos subversivos pretendem levar a Nação ao caos, insuflando as agitações e pregando dêsseas aparentes contra-sensos: deixa toda a liberdade a seus inimigos para agirem contra ela e tramar a sua queda.

Temos, porém, muita confiança no futuro democrático do Brasil, acreditando que, para a manutenção de nossas instituições, não existe base mais poderosa do que a força da consciência popular, que sabe ser o nosso único regime em que é dado ao homem viver com dignidade e decência.

E é, justamente, uma prova dessa convicção de nosso povo que oferecem, neste momento, os trabalhadores, que se recusam a ser os joguetes dos ambiciosos, dos servidores da Rússia e dos que se entregam a um sebastianismo janista, do qual o menos que se pode dizer é que é indecoroso, pois não respeita a alma desta Nação, ferida pelo repúdio que sofreu e abalada pela situação vergonhosa em que foi subitamente lançada aos olhos do mundo.

Confiemos na firmeza democrática dos trabalhadores e estamos certos de que eles continuarão cegos aos acenos dos agitadores e fazendo ouvidos moucos às insanas sereias daqui e dali. E o Governo encontre, o quanto antes, a solução dos muitos problemas que deve resolver, especialmente os que se relacionam com o custo de vida, a fim de retribuir aos trabalhadores a atitude que estão tendo neste período tão confuso e tão amargo.

Só assim poderá honrar a expressiva confiança dos trabalhadores, honrando-se si mesmo e a Nação.

Sr. Presidente, o comentário de "O Globo" tem significado especial. Apesar das circunstâncias que muitas vezes me trouxeram à tribuna

desta Casa, o número de comunistas dentro das classes trabalhadoras e bem menor do que afirma a nossa imprensa.

O trabalhador brasileiro, ao reivindicar justas pretensões oriundas das relações de emprego, é confundido com aqueles que cujo desejo é promover agitações no meio operário, para conseguir desagregação social. Tenho dito e sustento agora, que o trabalhador nacional repudia o extremismo; não se ajusta suas idéias às defendidas pelos que adotam o credo moscovita.

Queiram, ou não, o trabalhador brasileiro é a barreira que impede o avanço do comunismo. No trabalho têm ele as arma com que, ao cabo de sua luta, obtém atendimento às suas justas reivindicações sociais.

Por isso, na hora em que marchávamos para uma situação de confusão em todo o País, eles deram magnífico exemplo de ordem e de disciplina. Lamentavelmente, essa atitude não foi imitada pelas Forças Armadas cujo dever dentro dos postulados da nossa Constituição, era lutar pela sobrevivência do regime pela tranquilidade do País. Naquela hora grave, que se prestava a perturbações de toda ordem, os trabalhadores deram magnífico exemplo, colocando-se em posição de defesa da legalidade. A ameaça dos Sindicatos, de entrarem em greve foi uma reação em favor da Constituição e da legalidade.

Esse exemplo é a prova maior da maturidade política do povo brasileiro. Não admitimos, nem por instantes se pense em golpes de estado ou em soluções extralegais para certas situações. O Brasil já cresceu o suficiente para se colocar na liderança das nações sul-americanas.

Sr. Presidente, se esse fato é verdadeiro, a-ê emprestamos a nossa solidariedade. E eu o faço, com muito prazer, no exercício da liderança e em nome da Maioria desta Casa, porque revela o intuito real dos partidos que lutaram pela eleição do Sr. João Goulart a Vice-Presidência da República. O ambiente de tranquilidade que se observa na classe operária é consequência da presença de S. Ex.^a na suprema magistratura da Nação.

Muitos pensavam — mas aí está o desmentido — que ao assumir o Sr. João Goulart a Presidência da República, verificar-se-iam intensas reivindicações sociais, por parte dos trabalhadores que iam até à greve para obtenção dos favores desejados. Entretanto, assistimos a demonstrações da confiança que inspira o Chefe da Nação à classe operária.

E' o real significado dessa grande demonstração dos trabalhadores, numa hora em que temos nos jornais as declarações de um ex-chefe militar da Reserva, porque na Reserva se encontrava quando foi chamado para desempenhar as funções de Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, no governo passado.

O eminente Almirante Sylvio Heck, Sr. Presidente, parece-me incomformado com a situação ao declarar à imprensa que constava que ia ser preso e que estimava tal acontecimento porque só poderia ser obra do comunismo.

Que confusão faz S. Ex.^a entre Democracia e o Comunismo. Chega ao ponto de entender que há subversão num regime democrático com plena vigência da Constituição e não naquele regime que pretendiam estabelecer como legalidade, isto é, a anulação da nossa Carta Magna pelo impedimento do Vice-Presidente eleito para ser o sucessor legal do Presidente da República.

Que deseja, pretendo essa minoria? Que desejam os militares que constituem essa minoria?

Sr. Presidente, não é possível que esse estado de espírito, que revela ainda certa insegurança, persista. O Governo que aí está, é o da legalidade,

da Constituição; promana de prescrições da Lei Magna.

Não será portanto, através de declarações em tom subversivo, por despeito pessoal contra o Presidente da República que se criará neste País, que quer paz um ambiente de intranquilidade, pela constante insatisfação daqueles que se habituaram aos golpes de Estado verificados outrora, em nossa Pátria.

Sr. Presidente, como me referi ao editorial de "O Globo" sobre o papel desempenhado pelos trabalhadores quero nesse instante, — essa a minha finalidade — apelar para Gabinete presidido pelo eminente Primeiro Ministro. Sr. Tancredo Neves, no sentido de que combata a ascensão vertiginosa do custo de vida.

Há pouco tempo fixamos as fases dos novos níveis salariais; entretanto, veja V. Ex.^a, decorridos alguns meses apenas, sentimos que caminhamos para a revisão dos níveis atuais.

Sr. Presidente, o custo de vida, subindo de maneira tão rápida, força aumentos de salários na mesma proporção e gera, em consequências, o descontentamento generalizado contra o próprio Governo, o que é preciso evitar em tempo.

Para obstar essa ascensão rápida do custo de vida é imperioso que o Governo, conscientemente adote medidas no sentido de estabilizar — pelo menos estabilizar os preços. Para sustar essa elevação desordenada que se agravará com o estabelecimento dos novos níveis salariais há dois caminhos, entendendo eu, Sr. Presidente, um seria a aplicação de medidas imediatas, outro, de medidas a prazo.

Dentre as imediatas a primeira seria — não há como negar — o congelamento dos preços. Providência urgente, porque logo após a fixação do novo salário, o custo de vida duplicará ou assumirá proporções imprevisíveis.

A primeira etapa para a estabilização do custo de vida seria a contenção dos preços, através do congelamento, e a fixação dos novos salários, ao passo que medidas a longo prazo seriam tomadas para evitar o agravamento da situação.

As medidas a longo prazo deveriam ser as seguintes: o Governo do Senhor João Goulart e o Gabinete do Primeiro Ministro, Senhor Tancredo Neves, deveriam olhar primeiro e sobretudo para a agricultura, principalmente para as culturas de subsistência; atender o quanto antes ao homem do campo, para que ele produza o que deve e pode e que não consegue por falta de amparo.

A produção não corresponde à extensão das áreas plantadas e ao equipamento nelas empregado. A produtividade não alcança o grau necessário. Infelizmente, os métodos de trabalho aplicados na agricultura são anacrônicos, salvo em algumas regiões do Sul e do Centro, como São Paulo, Rio Grande e Minas Gerais.

Nos demais Estados o processo de trabalho da terra ainda é rotineiro, e não atingiu ainda a fase que seria de desejar como o da moto-mecanização, dos processos modernos de cultura, da adubação do solo e da irrigação, principalmente naqueles Estados onde a instabilidade das estações acarreta a perda das plantações.

O crédito agrícola que só existe nos jornais, na imprensa, nas manchetes, deveria, realmente, ser utilizado. Deveríamos proporcioná-lo ao pequeno agricultor e ao pequeno fazendeiro, a prazo longo e a juros módicos por exemplo de dois a quatro por cento pois não é possível ao pequeno produtor fazer qualquer investimentos na agricultura a juros altos, de dez por cento.

Com essas providências, teríamos dado os primeiros passos para a reforma agrária, se que considero de grande necessidade para este País.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Guço, atentamente, a exposição judiciosa que V. Exa. faz a propósito das medidas necessárias para custear o custo de vida. Entre elas referiu-se à essa Excelência à contenção dos preços, que deve ser feito, creio eu obedecendo-se a um critério justo e que ame, sobretudo com relação aos produtos agrícolas de subsistência. Porque, se os produtores não tiverem um preço compensativo, não terão o estímulo, to necessário, para aumentar sua produção. Julgo que deveria haver uma guerra forte, clara e aberta contra o grande número de intermediários que existe entre o consumidor e produtor. Esses intermediários, mais de um as vezes entre a produção e o consumo fazem a carestia da vida. O intermediário deveria limitar-se a um apenas, ou então o produto vir diretamente, do produtor ao consumidor.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não deixa V. Exa. de ter razão. Parte dessa engrenagem é que ocasiona a ascensão do custo de vida; mas essa seria mais fácil de combater. O que é imprescindível é obter os meios para conter a alta dos preços. Alas, essa contenção poderia ser feita até na montte de produção para que não houvesse exagero e o consumidor tivesse ciência de que, realmente, o produto, na sua área de produção, fora fixado em determinado preço, estabelecendo-se uma margem de lucro para o produtor.

Assim, o intermediário, elemento que sempre provoca a ascensão do custo de vida, seria logo identificado e fácil se tornaria combater o ganancioso, o especulador, aquele que vive da pobreza e da miséria de muitos e contra os quais o Poder Público deve usar todas as forças possíveis.

O Sr. Vivaldo Lima — No Brasil, esses combate se faz apenas no papel.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Exatamente; até agora tem sido apenas no papel.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Gaspar Velloso — Desculhe-me V. Exa. mas sou absolutamente contrário à sua opinião no que diz respeito a uma contenção de preços por decreto, a um congelamento de preços.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Já o fizemos há tempos.

O Sr. Gaspar Velloso — Fizemos e V. Exa. sabe com que resultados — resultados errados. O que se obteve, através dessa contenção, foi o desaparecimento dos produtos do mercado, dando lugar a uma espécie de agiotagem.

O SR. LIMA TEIXEIRA — A contenção foi feita e durante três meses os preços não se alteraram.

O Sr. Gaspar Velloso — E depois?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Depois se o Governo tivesse agido com energia, o que não aconteceu, os resultados teriam sido outros.

O Sr. Gaspar Velloso — V. Ex.^a há de convir em que, por decreto não se pode baixar os preços no mercado. Os produtos desaparecem sempre que os preços são irreais e há desacordo entre a oferta e a procura, prejudicando o consumidor, deixando-o à mercê de intermediários que nunca agem lealmente. Não concordo, portanto, com V. Ex.^a na parte relativa à contenção dos preços, pura e simplesmente, através de decreto.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.^a há de ter observado que foram duas as medidas que propôs: primeiro, o congelamento dos preços por determinado prazo, até que medidas de longo alcance sejam adotadas.

O Sr. Gaspar Velloso — Faço restrições a essa primeira parte. Quan-

Co à segunda medida preconizada no plano econômico que V. Ex.^a está apresentando, para a defesa de estudos e pesquisas do Conselho de Ministros. Sobre o assunto no programa do Governo apresentado à Câmara dos Deputados pelo Gabinete Econômico, há um capítulo magistral — o capítulo da política agro-pecuária. Esse capítulo se inicia com a definição do que é política agropecuária e ao término do item 1.^o diz o seguinte:

"Essas os propósitos que poderão ser alcançados em dois objetivos fundamentais:

1.^o Aumento da produtividade e humanização do homem do campo".

Segue-se a série de medidas, na seguinte ordem:

a) Assistência Econômica e Financeira, assim subdividida: a) Garantia de preços mínimos; b) Crédito; c) Armazéns e silos; d) Mercados e transportes da produção; f) Seguro agrícola; b) Assistência material à produção; c) Assistência técnica e educacional subdividida em: a) Pesquisa e experimentação; b) Extensão rural; c) Fomento agropecuário; d) Preservação dos recursos naturais; e) Pesca; f) Cooperativismo; g) Cooperativismo; g) Colonização e fixação; h) Implantação econômica da agricultura; i) Trabalhos florestais; j) Hervaicultura; k) Mecanização agrícola, irrigação e revenda de material para a agricultura; l) Ensino; d) Reorganização da estrutura agrária subdividida em: a) Conceito; b) Condições de redistribuição da terra; c) Providências para a reforma agrária.

Quanto a essas providências, estão elas programadas da forma seguinte:

I — Ordenamento jurídico:

1.^o — desapropriação por interesse social;

2.^o — orientação do sistema fiscal para os objetivos da Reforma Agrária;

3.^o regulamentação dos arrendamentos rurais para garantir a renovação dos contratos, estabelecimento de prazos maiores e bases razoáveis para o aluguel da terra;

4.^o legitimação das terras ocupadas por pequenos posseiros;

5.^o contratação de trabalho dos assalariados agrícolas;

6.^o cessação de terras públicas;

7.^o arrecadação pela União, de bens vagos — terras abandonadas. Art. 589 do Código Civil."

Como se vê, o Conselho de Ministros estudou minuciosamente o assunto e faz muito bem V. Ex.^a em alertar a Nação para problema tão grave.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não há como negar.

O Sr. Gaspar Veloso — Repetindo as palavras no início de seu discurso, o problema é tão grave que se chega a confundir as reivindicações operárias e sociais com comunismo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Exato.

O Sr. Gaspar Veloso — Para evitar continue, tal situação, eu me alegro de dizer à Nação, através deste aparte do discurso de V. Ex.^a — e perdoo-me seja tão longo — que o Conselho de Ministros, presidido pelo Dr. Tancredo Neves e composto do que de mais representativo existe na vida política nacional, está atento ao problema e disposto a resolvê-lo, esperando apenas a cooperação dos demais Poderes Públicos, da Imprensa e do povo em geral.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a "Se há algum ponto de divergência entre V. Ex.^a e o orador, é muito pequeno, não chegando a constituir realmente uma divergência, de vez que, no início, quando preconizei a adoção de medidas de emergência, eu as dividi em duas classes: em primeiro lugar, o congelamento de preços, transitóriamente, enquanto medidas de longo al-

cance não fossem tomadas, através do desenvolvimento da agricultura, para complementar a estabilização dos preços.

O Sr. Gaspar Veloso — Poderíamos estabelecer, então, um denominador comum a fim de que nossas opiniões melhor se identificassem. Em lugar das medidas preconizadas por V. Ex.^a para o congelamento dos preços, por outro caminho chegaríamos a mesma finalidade — contendo a inflação. Esta, sim, é a causa principal da elevação dos preços.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeitamente. São as medidas complementares a que me referi.

O Sr. Gaspar Veloso — E constantes também do programa apresentado pelo Governo à Câmara dos Deputados.

O SR. LIMA TEIXEIRA — São as medidas de longo alcance a que me referi. Não se combate a inflação do dia para a noite. Estas são, naturalmente, medidas demoradas. Precisamos, porém, adotar providências imediatas para a contenção dos preços, e é mister que o Gabinete se convença dessa necessidade. Sabemos todos que a margem de lucros, hoje em dia, para um industrial ou comerciante é imensa, enquanto para o agricultor é mínima.

O Sr. Nelson Maculan — V. Ex.^a tem razão. Hoje, a margem de lucros para o agricultor quase não existe.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas para o industrial e o comerciante é enorme. Não sei se existe comerciante que se limite a um lucro de 10% em sua mercadoria. Quer sempre muito mais, faz questão de 20, 30 e, às vezes, até 40 ou 50%.

E' ou não verdade, pergunto a Vossas Exas.? Como consumidores, todos temos tido oportunidade de verificá-lo. Se os comerciantes se limitassem a um lucro razoável, não estaríamos na situação em que nós encontramos, com exagerada elevação do custo de vida. A despeito da existência da COFAP, pouco tem sido feito no sentido de conter os preços e de coibir abusos praticados por determinadas classes, já não digo os comerciantes, porque não quero condená-los, mas os especuladores, aqueles que especulam no comércio. A COFAP deveria ser reorganizada, de modo a desempenhar o papel que lhe cumpre perante a comunidade, de evitar a majoração dos preços. Isso, porém, não é o que ocorre, hoje em dia, porque, a despeito da existência da COFAP, os aumentos são constantes. Daí a necessidade de serem adotadas, de imediato, medidas de longo alcance, como as que referi, inclusive o congelamento dos preços.

Se houver coordenação para a concretização dessas medidas com a COFAP, que as vai executar, acredito que encontraremos solução para amenizar o custo de vida exagerado que nós assoberba, neste instante.

O Sr. Salviano Leite — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Salviano Leite — Ouço o discurso de V. Ex.^a com a atenção que dispense, quase todos os dias, às considerações sempre oportunas, sensatas e brilhantes com que o nobre colega nos prende, durante minutos e às vezes até horas, neste Plenário. Estou de pleno acordo com todos os tópicos da sua exposição.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Salviano Leite — ... a começar pelo que se refere à situação dos operários, e continuando por aquele em que V. Ex.^a focaliza a situação de pequenos grupos militares, que ainda a esta hora procuram perturbar a vida do País. Estou, igualmente, de acordo com a contenção de preços preconizada por V. Ex.^a, neste instante.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Salviano Leite — A meu ver, porém, o que desponta de principal, e maior aplauso me suscita, é a parte em que V. Ex.^a se refere a nossa

abandonada agricultura no interior do País.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É exato. O Sr. Salviano Leite — A agricultura, nobre Senador, está inteiramente abandonada. É uma lástima a situação do pequeno agricultor. Já afirmei certa vez, desta tribuna, que o Governo precisa lançar suas vistas sobre o homem do campo, e neste particular — desculpe V. Ex.^a — suas considerações parecem um decalque das minhas declarações anteriores.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É que nossas ideias se ajustam.

O Sr. Salviano Leite — V. Ex.^a fala em créditos a juros baixos, e na desburocratização do que diz respeito à lavoura, e é disso realmente que precisa o nosso agricultor.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeito.

O Sr. Salviano Leite — Lembro que não só agora, mas da primeira vez em que vim a esta Casa, proferi várias orações, abordando com justeza muitos pontos do programa do Governo: Juscelino, Kubitschek; problema rodoviário, problema energético e outros. Mas infelizmente, nunca pude elogiar o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, meu amigo e amigo de V. Ex.^a, no que diz respeito à agricultura, porque neste particular lhe faço todas as restrições. No seu Governo, realmente a nossa agricultura, a agricultura do interior do País, dos nossos Estados, do meu e do de V. Ex.^a, não recebeu nem uma pequena parcela.

O SR. LIMA TEIXEIRA — S. Ex.^a não deu à agricultura a ênfase dada à indústria.

O Sr. Salviano Leite — De modo que junto meu apelo ao de V. Ex.^a, no sentido de que o atual Governo olhe com carinho para esse setor abandonado, que é a agricultura do nosso País. Agradeço a V. Ex.^a a permissão que me concedeu para apartear-lo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado ao nobre Senador Salviano Leite pelo excelente aparte, que corresponde integralmente aos princípios que defendo, em favor da agricultura e de combate ao alto custo de vida. S. Ex.^a endossa inteiramente a opinião que aqui sustento, e o faço com tanto mais prazer quanto é certo que desde que assumi a cadeira de Senador, venho lutando pela agricultura, chamando a atenção inclusive do Senhor Juscelino Kubitschek. Amigo pessoal que sou de S. Ex.^a, defensor intransigente de seu Governo, contendo muitas vezes, da tribuna do Senado Federal, quando ainda nos encontramos no Rio de Janeiro, tive ensejo de dizer que S. Ex.^a não havia dado à agricultura a mesma ênfase que dera ao desenvolvimento industrial. A agricultura teria ficado, assim, em posição de inferioridade, criando uma descapitalização para o homem do campo e para aqueles que desejam prosperidade maior para o setor agrícola.

Agora, Sr. Presidente, com maior razão apelo, quando o novo Governo parlamentarista, através do programa que é do conhecimento da Casa, pretende adotar medidas acertadas em favor da agricultura.

O Sr. Lopes da Costa — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Lopes da Costa — V. Ex.^a falou na inflação galopante que campeia no País, e que traz naturalmente a elevação constante do custo de vida.

Essa elevação de preços já vem de 1947, e até esta data atingiu a 750%.

Elevou-se bastante no último quinquênio. De 1955 a 1960, ocasionando vários aumentos de nível do salário mínimo, porque já não seria possível

o trabalhador viver com o mesmo salário.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeito.

O Sr. Lopes da Costa — O que se observa agora e o custo de vida cada vez mais alto, em virtude da inflação, e o Governo será mais uma vez compelido a aumentar o salário-mínimo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Fatalmente.

O Sr. Lopes da Costa — Quanto ao congelamento de preços, acho-o impraticável, porque de efeitos momentâneos, cerceando, de outro lado, a iniciativa privada, desencorajando-a no sentido do aumento de produção, que o Governo está empenhado em promover. De maneira que o congelamento de preços e assunto bastante delicado, e no meu modo de ver o Governo não poderá fazê-lo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Congelamento de preços é tarefa para o Governo forte, que queira realmente servir à coletividade; se não for um Governo forte e se deixar conduzir...

O Sr. Lopes da Costa — Nós já tivemos Governo forte.

O SR. LIMA TEIXEIRA — ... por aqueles que se dedicam à indústria e ao comércio, então não teremos feito nada.

O Sr. Lopes da Costa — Não entendo o Governo forte, na Democracia; só há totalitários.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quando o interesse público está em jogo, o interesse particular vale muito pouco. O interesse particular só alerá mais quando houver harmonia social e progresso no País, quando houver, naturalmente, compreensão e prosperidade, e não é possível prosperidade com o custo de vida arrasador que aí está.

O Sr. Lopes da Costa — O primeiro passo do Governo deverá ser no caminho do aumento da produção; enquanto não aumentar a produção, não haverá equilíbrio na vida brasileira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O congelamento de preços será medida transitória para impedir o prosseguimento da inflação. Medidas outras, adotadas a longo prazo, como o desenvolvimento da agricultura e a assistência ao pequeno agricultor, combateriam a inflação. Essas medidas complementares, estou certo, dariam os resultados desejados.

O Sr. Afrânio Lages — Não há combate à inflação sem aumento de produção. Cercear a liberdade do agricultor não é combater a inflação.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que desejava externar, louvando-me no patriotismo e no espírito público que os trabalhadores demonstraram no período da crise que atravessamos.

As classes operárias devem manter essa linha de conduta, e nós precisamos evitar que o custo de vida continue elevando-se.

Sugiro pois ao Conselho de Ministros que corajosamente, sem receios, congele os preços. Essa medida não prejudicaria a produtividade porque adotada em caráter transitório, até que providências paulatinas restabelecessem o equilíbrio dos preços e da própria produção.

Em nome da Maioria, Sr. Presidente, manifesto nosso aplauso à atitude dos trabalhadores brilhantemente comentada pelo O Globo. Essa atitude revela que as classes trabalhadoras têm consciência do papel que representam no País; demonstra que elas não estão contaminadas de extremismo. Sua atitude tem sentido patriótico e prova sua compreensão pela causa social.

O Sr. João Goulart, à frente do Governo, Sr. Presidente, inspira confiança às classes trabalhadoras e ao povo brasileiro em geral, que espera de S. Ex.^a uma administração plena de realizações, de paz e de prosperidade para o Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Passa-se a ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1961 (nº 4.029, de 1958 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 13.950.473,90, para atender a despesa correspondente aos exercícios de 1952 a 1957 (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 358, de 1961, aprovado na sessão de 27 de setembro), dependendo de Parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira para relatar o Parecer da douda Comissão de Finanças.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Lê o seguinte parecer) — Tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 67, § 2º e 97, alínea II da Constituição Federal, e dando cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 199 do Código Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral encaminhou à consideração do Congresso Nacional o presente projeto, visando a abertura de crédito especial destinado a ocorrer a despesas efetuadas por vários Tribunais Regionais, referentes a exercícios anteriores.

Com fundamento no dispositivo citado do Código Eleitoral, aquele Tribunal Superior, apreciando os pedidos de créditos para os órgãos da Justiça Eleitoral constantes do projeto e atinentes a dívidas de exercícios findos, considerou-os plenamente justificados, manifestando-se favoravelmente, no sentido de ser providenciada a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 13.950.473,90 (treze milhões, novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e três cruzeiros e novecentos e setenta e três centavos).

As importâncias, que se destinam a liquidar dívidas contraídas no período de 1952 a 1957, e que estão devidamente discriminadas na proposição, foram rigorosamente examinadas por aquele Superior Tribunal, à vista da legislação em vigor, "considerando-se, ainda, que o direito creditório será demonstrado no processamento da liquidação da despesa, a ser feito perante a Estação Pagadora a que for distribuído o crédito, nos termos do Regulamento Geral de Contabilidade Pública".

Tendo em vista a legalidade e necessidade do crédito solicitado, somos de parecer que o projeto deve ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, decido encerrar a discussão. Fica adiada a votação por falta do quorum regimental.

Discussão única do Projeto de Resolução nº 39, de 1961, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução dos artigos 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 87 e 89 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e bem assim os artigos das suas Disposições Transitórias que aqueles se referem, visto haverem sido julgados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E, lido o seguinte

Requerimento nº 386, de 1961

Com fundamento no art. 274, letras a e d do Regimento Interno, requerio a volta do Projeto de Resolução

nº 39, de 1961, à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que se digno de verificar se, em virtude das modificações feitas no texto da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul pela Assembleia Legislativa do Estado, em consequência do acórdão de 17 de julho de 1946, do Supremo Tribunal Federal, cabe suspender a execução dos dispositivos citados no projeto, tanto mais quanto no texto vigente da referida Carta a matéria não corresponde à que serviu de base ao julgamento daquela Corte.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1961. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo número para votação do requerimento a matéria fica adiada.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 1961

Discussão única do Projeto de Resolução nº 40, de 1961, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução dos artigos 33, 35, final, 45, nº VI, 46, nº XIX, 134 e 216 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, visto haverem sido julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva.

Sobre a mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E, lida a seguinte

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 1961

Art. 1º Substitua-se pelo seguinte: "Art. 1º É suspensa a execução das disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em decisão definitiva (acórdão de 22 de abril de 1955) na representação nº 201, de 22 de abril de 1955, a saber:

Art. 33 (totalidade);

Do Art. 35, as expressões: "Diretor do Departamento de Saúde, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e prefeito de nomeação do Governador";

Art. 45, nº VI (totalidade);

Art. 46, nº XIX (totalidade);

Do Art. 134 as expressões: "e a de resolver sobre remoções, na forma da lei";

Art. 216 (totalidade).

Justificação

Na redação dada ao art. 1º não ficou delimitada a parte do art. 35 cuja execução se vai suspender; por outro lado, o art. 134 é suspenso na sua totalidade, quando a inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal diz respeito apenas à parte em que esse dispositivo exorbita do disposto no art. 51 da Constituição Federal.

Para corrigir essas falhas é que se propõe a presente emenda.

Sala das sessões, 2 de outubro de 1961. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

A matéria volta à Comissão de Constituição e Justiça para se pronunciar sobre a emenda.

Está esgotada a matéria constante na Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

O SR. LOPES DA COSTA — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

Sr. Presidente, neste final tranquilo de sessão, peço a palavra para pronunciar ligeiro discurso. No dia 28 do mês ontem findo, ocupou a tribuna desta Casa o eminente Senador Paulo Fender, digno e ativo representante do Estado do Pará, que na ocasião nos brindou, mercê de sua eloquência e privilegiada inteligência, com mais um excelente e primoroso discurso, ouvido pelo plenário com o respeito e atenção que merece, sempre que S. Ex.ª se pronuncia neste plenário.

O ilustre parlamentar discorreu com acerto e o alto conhecimento que tem, e como bom paraense que o é, sobre matéria ligada à rica e imensurável região da Amazônia Brasileira, falando da sua delimitação, da sua importância e significação no futuro da economia nacional, da exuberância de suas florestas e do seu solo, da grandeza da sua bacia hidrográfica, do ciclo extraordinário e áureo da extração do latex brasileiro, cuja produção alcançou, até os idos de 1912, a cifra de 47.000 toneladas anuais, vindo mais tarde, pela evasão da hêvea para o Oriente, a ter a sua produção reduzida para cerca de ... 20.000 (base seca) trazendo, em consequência, como era natural, o empobrecimento das regiões.

Justamente, Sr. Presidente, na época em que o País mais precisa dessa matéria prima, dado o ritmo acelerado de sua industrialização, verifica-se um verdadeiro contraste, quanto às necessidades do nosso consumo, sempre em projeção, estando calculado para o presente ano, em 10.000 toneladas. Para satisfazer ao nosso mercado interno, teremos que manter a importação na base de 30.000 toneladas e contar com 20.000 de borracha sintética, para o atendimento das previsões.

Sr. Presidente, nesta oportunidade, como representante do Estado de Mato Grosso, desejo tão somente dizer, em rápidas e modestas palavras, que me solidarizo com o nobre Senador Paulo Fender. E aproveito a oportunidade para declarar a S. Ex.ª que Mato Grosso não pode deixar de estar ao lado dos outros Estados e Territórios que configuram a Amazônia Brasileira, a Amazônia política, a qual jamais deverá ser mutilada, para transformar-se na Amazônia clássica, formada pelos Estados do Amazonas e Pará.

Mato Grosso, como nenhum dos senhores Senadores ignora, sempre esteve ligado àqueles Estados do Norte, por uma extensa fronteira de mais de 1.500 quilômetros, além da ligação por laços históricos econômicos.

Não obstante questões de limites surgidas em época bastante remota, as divergências foram superadas e os direitos e deveres foram oficial e definitivamente resguardados, fazendo com que, matogrossenses, paraenses e amazonenses vivessem até hoje firmados pelas mesmas crenças e pelos mesmos sentimentos patrióticos. E mais se arraigou essa sensibilidade, a história nos diz, na época do extrativismo da borracha, através da corrida dos sertanistas para a conquista da terra.

Eles se misturaram no desbravamento dos invios sertões da Amazônia à procura de latex, cujo comércio e produção foram por muitos anos o sustentáculo da economia daquelas regiões, concorrendo sobremaneira para a riqueza e o florescimento das importantes Capitais do Norte: Belém e Manaus.

Infelizmente, porém, veio a derrocada da produção e consequentemente, do comércio da borracha, sobrevivendo a crise que alastrou em maiores proporções a casa do caboclo, do sertanejo, dos verdadeiros bandeirantes da Hileia Amazônica.

No capítulo desta história não podemos esquecer os bravos e intrépidos sertanistas nordestinos que aos milhares perambularam, também, em lon-

gas e penosas caminhadas aqueles sertões.

Sr. Presidente, somente anos mais tarde, com as providências tomadas a fim de atender à reclamada política da valorização econômica da Amazônia, é que os Constituintes de 1946, dessa região, souberam convencer aos demais representantes do povo brasileiro que era necessário fazer constar da nossa Carta Magna um dispositivo determinando que a União contribua anualmente com 3% da receita tributária, com o objetivo precípuo de procurar superar o sistema econômico da região.

Não obstante esse dispositivo, somente em 1953, foi aprovada a Lei nº 1.806 que criou a autarquia federal, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, encarregada de promover o seu desenvolvimento da região cuja área corresponde a 66% do território nacional, contribuindo Mato Grosso com 17% dessa área, pois 875.000 metros quadrados do seu território abrangendo 22 municípios, pertencem à Amazônia.

Sr. Presidente, vou terminar, pois o meu desejo no momento é outro e não fazer apreciações sobre o que tem sido as administrações da S.P.V.E.A., se o saldo de bilhões e bilhões de cruzeiros entresque no último quinquênio a essa autarquia é positivo ou negativo quanto a sua aplicação. Isso será tema para outro comentário.

O que desejo é renovar, neste instante, a minha solidariedade ao Senador Paulo Fender, a fim de preservar os limites da Amazônia tal como está, pois a sua mutilação fugir às determinações impostas pela natureza, às suas condições geográficas.

E' o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de outubro de 1961

(Terça-feira)

Matéria em Regime de Urgência

1

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1961 (nº 4.029, de 1958 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 13.950.473,90, para atender a despesa correspondente aos exercícios de 1952 a 1957 (em regime de urgência, nos termos do artigo 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 358, de 1961, aprovado na sessão de 27 de setembro), tendo Parecer favorável da Comissão de Finanças.

Matéria em Tramitação Normal

Votação

2

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1959 (nº 255, de 1959 na Câmara) que dispõe sobre a inscrição de funcionários e serventuários da Justiça em concursos públicos de provas e títulos, tendo Parecer favoráveis (sob ns. 278, de 1960, 11 e 140, de 1961) das Comissões de Constituição e Justiça (com a emenda que oferece, sob nº 1-CCJ, de Serviço Público Civil).

Eleição de Comissão Especial, de 7 membros, criada em virtude do Requerimento nº 375, de 1961, aprovado na sessão de 28 do corrente, para o prazo de 60 dias, elaborar a reforma do Regimento Interno, a fim de adaptá-lo ao regime parlamentar nù-

mero 4 e formular os projetos necessários à execução desse regime.

4

Eleição de Comissão Especial para emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961, que altera a redação do artigo 63, nº I, da Constituição.

5

Eleição de Comissão Especial para emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961, que altera o art. 3º da Emenda Constitucional nº 4.

Discussão.

6

Discussão única do Projeto de Resolução nº 39, de 1961, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução dos artigos 73, 74, 75, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 89 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e bem assim os artigos das suas Disposições Transitórias que aqueles se referem, visto haverem sido julgados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 15 horas e 55 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SÉRGIO MARINHO, NA SESSÃO DE 4 DE AGOSTO DE 1961, QUE SE REPOUSOU POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO "DIÁRIO DO CONGRESSO" DE 5.8.61, A PAGINA Nº 1.562, 4ª COLUNA.

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Sérgio Marinho.

O SR. SÉRGIO MARINHO:

(*É o seguinte discurso*): — Senhor Presidente, faz seis meses, iniciou o Sr. Jânio Quadros uma das mais árduas batalhas a que um governante se poderia entregar, em tempo de paz: a batalha pela reposição do equilíbrio econômico-financeiro, perigosamente comprometido no período que o antecedeu.

Sendo uma política restauradora de equilíbrio e removedora de distorções, não favorece grupos nem suscita o aplauso imediato que a publicidade dilgrida multiplica.

Ela é uma política de recuperação do ser humano abandonado, aviltado, a nome de um progresso e de um enriquecimento cujos frutos se tornaram acessíveis a um pequeno número de pessoas.

Sob a inspiração desse pensamento político, o governo exerce o seu principal esforço no sentido de criar condições, dentro das quais tornar-se-ia possível, sem interromper o processo de desenvolvimento econômico, proporcionar o mínimo de bem-estar a aqueles milhões de brasileiros que a inflação conduziu a níveis de vida infra-humanos.

Conte a virtude e a oportunidade de uma tal política, poder-se-ia arguir com a afirmação de que as condições de vida de amplos setores de nossa população tornaram-se ainda mais asfálticas.

A afirmação é, sem dúvida, irrefragável. O fato que ela exprime está presente ao nosso exame, no porver as necessidades de cada momento

De janeiro a junho do corrente ano, segundo revelam as informações, houve um acréscimo no custo de vida, da ordem de 11,2%, enquanto que, em igual período do ano anterior, o aumento não ultrapassou o nível de 6,8%.

Em junho, o índice circulante foi aumentado de mais de quatro bilhões de cruzeiros.

Nos quatro primeiros meses deste ano, a execução da lei orçamentária acusou um déficit igual a 225 bilhões de cruzeiros, o que vale dizer, 1,5 bilhões a mais do que o déficit orçamentário de igual período do ano anterior.

Senhor Presidente, seria preciso atribuir ao Sr. Jânio Quadros dotes de talmaturo, para dele esperar a conjuração imediata dos males que se originaram e cresceram no governo passado.

A persistência desses males, a despeito da doação de uma política diversa daquela política que os estimulava, descortina, em toda a sua expressão caótica, a situação brasileira, tal qual o Sr. Jânio Quadros a recebera do seu antecessor.

Os que querem atribuir ao atual governo a responsabilidade pelo aumento do custo de vida, examinem aquela situação progressiva, não apenas nas suas realizações sumárias e espetaculares, mas no palpar dos dramas coletivos, das bruscas mudanças sociais, que aquelas mesmas realizações ajudaram a fecundar.

Atente-se na rápida proletarização da classe média; na pauperização da gente nordestina, cujo desespero, sendo uma ameaça à segurança nacional, vem despertando a atenção de governo estrangeiro.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. SÉRGIO MARINHO — Com todo o prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Acho que V. Exa. não deve atribuir somente ao Governo Juscelino Kubitschek essa situação caótica a que se refere. Quando S. Exa. assumiu o Governo, já encontrou o orçamento deficitário de trinta bilhões de cruzeiros, e os erros econômicos e financeiros se vêm acumulando de há muitos anos a esta parte. Quando o Presidente Getúlio Vargas, em 1945, foi deposto, deixou setecentos milhões de dólares em dívidas, e o dólar estava a vinte e poucos cruzeiros. Portanto essa situação não vem exclusivamente do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. Este ao menos, teve a vantagem de fazer o Brasil progredir industrialmente. Só o Estado de São Paulo recebeu no ano passado mais impostos provenientes da indústria automobilística do que do café.

O SR. SÉRGIO MARINHO — V. Exa. tem toda a razão no seu oportuno e esclarecedor aparte.

Seria indefensável atribuir a um governante, exclusivamente a soma de males com que no momento o Brasil se defronta. Estávamos evidentemente, dentro de um grave processo inflacionário. A responsabilidade maior do Governo que antecedeu o Sr. Jânio Quadros consiste em haver deliberadamente exacerbado de maneira insustentavelmente perigosa esse processo inflacionário que está levando o País às portas da subversão social.

V. Exa. tem razão quando acentua que os governos anteriores contribuíram também, com a política adotada para acelerar o ritmo do processo inflacionário. Mas é de justiça acentuar que esse ritmo, crescendo, como

é sabido, em progressão geométrica atingiu aspectos verdadeiramente alarmantes no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. As realizações desse Governo ninguém as nega. Elas estão a evidenciando a sua operosidade, o seu propósito de construir grandes obras no Brasil, mas V. Exa. não ignora que essas realizações foram feitas de maneira desordenada com sacrifícios de outras regiões, foram feitas proletarizando a classe média do Brasil, quebrando a estrutura jurídica do País e o conduzindo às portas da subversão social.

O Sr. Pedro Ludovico — Essas obras não seriam feitas se o Presidente Juscelino Kubitschek não tivesse a coragem de quebrar esse ritmo de monomania e de marasmo em que sempre esteve o Brasil, desencorajado para os grandes feitos em matéria industrial, principalmente.

O SR. SÉRGIO MARINHO — É um ponto de vista pessoalíssimo de V. Exa. Entendo e em boa companhia, que o primeiro, o elementar dever de todo Governo, aqui e em qualquer latitude, é proporcionar o mínimo de bem-estar às populações que ele como Governo serve. Uma vez que coloque em segundo plano esse mínimo bem-estar da população, para realizar um suposto, um aparente desenvolvimento, julgo que o Governo estará fugindo ao seu elementar dever.

O Sr. Pedro Ludovico — Isso contraria a afirmação de V. Exa., de que o Presidente Juscelino Kubitschek sacrificou o povo. Para serem realizadas obras tão importantes como S. Exa. levou a cabo, era preciso que o povo fosse um pouco sacrificado.

O SR. SÉRGIO MARINHO — V. Exa. é modesto ao dizer "um pouco". No Brasil nunca passamos por situação tão perigosa, ela está provocando não só a nossa atenção como o interesse de governos estrangeiros. É um fato inédito na nossa história.

O Sr. Pedro Ludovico — Não é de agora que isto vem ocorrendo.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Poderia V. Exa. exemplificar? Não conheço momento algum da vida brasileira em que os problemas nacionais tivessem solução nesses termos.

O Sr. Pedro Ludovico — O Nordeste, por exemplo, sempre foi vítima dos males provenientes do seu clima e das secas.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

(*Fazendo soar os tambores*) — Pondero aos nobres Senadores que a hora do Expediente já está esgotada e que, de acordo com o Regimento, esta é a oportunidade de o Senador Sérgio Marinho concluir suas considerações.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Nobre Senador Nogueira da Gama, concluírei as considerações que estava desenvolvendo e depois concederei o aparte a V. Exa.

Atente-se para a ordem jurídica de cuja preservação o governo anterior tanto se esvaldece.

O Poder Legislativo, impedido os auto-impedido de fiscalizar o Executivo, no seu delírio emissorista, no seu discricionismo cambial, na sua dualidade orçamentária.

O ímpeto emissorista, sem qualquer contenção, desfigurou a estrutura federativa e conduziu Estados poderosos, como o de Minas Gerais, situação de quase insolvência.

Dentro de uma moldura jurídica aparentemente íntegra, ressoavam os sintomas inequívocos de extensa subversão social.

Senhor Presidente, ouvi, ontem neste Plenário, palavras favoráveis ao Governo, proferidas por parlamentares que militam em partido de oposição.

Tais pronunciamentos, se evidenciam isenção de ânimo, da parte daqueles que os fazem, revelam, ao mesmo passo, o acerto com que o Sr. Jânio Quadros, vem se conduzindo nesta mais difícil fase de sua meteórica carreira política.

As tarefas que ele está executando são de tal magnitude e a elas se entrelaça, de imediato a tranquilidade de amplos setores da população, que o seu governo precisa de amparo de todos nós e da compreensão dos seus adversários.

Concedo, agora, o aparte, ao nobre Senador Nogueira da Gama.

O Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. declarou que antes do desenvolvimento econômico, cabe a qualquer Governo oferecer ao povo condições de bem-estar. Permite-me, data vênica, a liberdade de dizer que V. Exa. invertiu os dados dos problemas. A meu ver para se oferecer condições de bem-estar ao povo é preciso em primeiro lugar, proporcionar-lhe desenvolvimento econômico. Do contrário, as condições de bem-estar serão precárias.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Muito obrigado pelo aparte V. Exa. porém coloca o dilema em base tão antigas como a humanidade.

Necessária é a existência de recursos para proporcionar ao povo saúde e educação. Com saúde e educação ele será capaz de suscitar aparição de recursos propiciadores do desenvolvimento desejado. O ser antecede o pensamento ou o pensamento antecede o ser?

São dilemas para os quais nem o pensador político, nem o cientista social tem resposta definitiva.

V. Exa. declarou que o desenvolvimento econômico é necessário para propiciar o mínimo de bem-estar ao povo.

O Sr. Nogueira da Gama — Não o mínimo; o necessário capaz de atender ao seu bem-estar.

O SR. SÉRGIO MARINHO — Eu me refiro ao mínimo de bem-estar, porque nem os Estados socialistas, que desfilam a bandeira do bem-estar coletivo, jamais conseguem proporcionar bem-estar a todos. Quando muito conseguem proporcionar um mínimo de bem-estar; o que já é um feito extraordinário.

Sr. Presidente, aproveito a ocasião para fazer apelo veemente a esta Casa no sentido de que se detenha, com atenção, com patriotismo e com desprendimento no exame no Projeto de Lei Orçamentária que, dentro de poucos dias, chegará às nossas mãos.

O desequilíbrio orçamentário como é sabido — constitui uma das causas principais do processo inflacionário e portanto, do aumento do custo de vida.

Se nos debruçarmos sobre a proposta orçamentária possuídos de espírito de sacrifício e de desprendimento, e com coragem de enfrentar até mesmo a impopularidade, possivelmente prestaremos ao Governo colaboração verdadeira, leal e sincera, devolvendo-lhe um orçamento equilibrado. (*Muito bem*).

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40